

O MÉTODO DE ESTUDO DE CASO EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA.

Pietro Korosue Inácio¹, Marcello Beckert Zappellini²

¹ Acadêmico do Curso de Administração Empresarial ESAG - bolsista PROBIC/UDESC

² Orientador, Departamento de Administração Pública ESAG – marcellozapelini@gmail.com

Palavras-chave: Estudo de caso. Políticas públicas. Pesquisa metodológica.

O projeto de pesquisa tem como objetivo geral conceituar o método de estudo de caso e avaliar as abordagens metodológicas utilizadas na produção científica brasileira sobre casos de políticas públicas no Brasil, a partir de uma análise dos artigos publicados em periódicos científicos brasileiros das áreas de Ciências Humanas e Sociais no período de 2012 a 2017. Tem como objetivos específicos: (a) levantar a produção científica em estudos de caso de políticas públicas no período de estudo nas revistas acadêmicas brasileiras; (b) descrever os procedimentos metodológicos adotados nos estudos de caso.

O presente trabalho é de natureza puramente teórica, não-experimental e utiliza uma abordagem qualitativa com propósito exploratório. O delineamento da pesquisa pode ser considerado como pesquisa metodológica. O procedimento de pesquisa consistiu na pesquisa bibliográfica e no levantamento de artigos na Internet.

Inicialmente, realizou-se um levantamento sobre conceitos de estudo de caso, sua tipologia, procedimentos, aplicações e como deve ser feito o estudo de caso em políticas públicas

A pesquisa foi realizada entre agosto de 2017 e julho de 2018 nas revistas científicas brasileiras das áreas de Ciências Humanas e Sociais classificadas como A1, A2, B1, B2 e B3 no QUALIS/CAPES em 2016. O levantamento resultou em 30 artigos, dos quais 8 foram desconsiderados por não se enquadrarem em estudos de caso e/ou não tratarem especificamente de uma política pública. Foram selecionados e analisados 22 artigos de 27 diferentes autores e foi elaborado um quadro onde consta título e autor(es), a identificação da publicação (nome do periódico, edição e data), e um sumário dos aspectos metodológicos: a classificação do estudo de caso (conforme as metodologias de Stake e Yin), a indicação de caso único ou estudo de caso múltiplo, a abordagem do estudo, os procedimentos de coleta e análise dos dados (com a indicação se foi adotado algum tipo de triangulação) e as referências bibliográficas da área de Metodologia da Pesquisa Científica utilizadas.

Os tipos de estudo de caso foram selecionados com base nos seguintes autores: Yin (2015), que distingue entre estudos de caso único e múltiplo, holístico ou integrado, e Stake (2005), que adota outras três formas de classificação – intrínseco, instrumental e múltiplo coletivo. Observa-se que tipologias dos dois autores se sobrepõem e não se opõem uma a outra, complementam-se.

Quanto às classificações dos casos, em 17 artigos não se apresentou qualquer tipo de classificação. O uso de casos múltiplos pode ser justificado com base tanto em Yin (2015) como em Stake (2005), mas os autores dos artigos analisados não mencionaram qualquer uma dessas abordagens.

A partir da análise dos artigos podemos verificar as principais técnicas metodológicas usadas nos estudos de caso que analisam políticas públicas no Brasil. As abordagens de pesquisa são: qualitativa, quantitativa e mista. De maneira geral, conseguiu-se averiguar que a maior parte dos estudos de caso tem a abordagem de pesquisa qualitativa, utilizada em 15 do total dos artigos selecionados.

Com relação às técnicas de coletas de dados foram utilizadas pesquisas documentais, pesquisas bibliográficas, história oral, observação, entrevistas e questionários. A maioria dos artigos analisados mencionou o uso de mais de uma técnica de coleta de dados, e não se observou nenhum caso em que os autores não descrevessem pelo menos uma técnica de coleta adotada para realização da pesquisa. As técnicas mais utilizadas são as pesquisas documentais e entrevistas, sendo ambas encontradas em 17 artigos.

E, por fim, foram consideradas as seguintes técnicas de análise dos dados: análise estatística, análise de conteúdo, análise documental, análise de discurso e análise contextual. Em alguns artigos mais de uma técnica de análise de dados foi utilizada pelos autores, mas chama a atenção o fato de que menos da metade dos artigos analisados não descreveu qualquer procedimento de análise de dados. A análise de conteúdo foi a técnica mais utilizada, utilizada por 8 dos 21 artigos selecionados.

Concluindo, Anderson (2003) afirma que é preciso resistir à ideia de que a análise de políticas só é válida quando trata de dados quantitativos por meio de técnicas estatísticas. No entanto, isso não significa que tudo é permitido: para o autor, deve-se combinar teorias, dados quantitativos e análises rigorosas e cuidadosas, mas isso é realizado em menos oportunidades do que se deve.